

**FICÇÃO DE SI DA MULHER LÉSBICA COMO RESPOSTA À
DOMINAÇÃO: contribuições de Michel Foucault
LESBIAN WOMAN'S SELF-FICTION IN RESPONSE TO
DOMINATION: contributions by Michel Foucault**

**José Pascoal Mantovani¹
Pedro Moraes Vasques²**

RESUMO: O artigo apresenta a contribuição da filosofia foucaultiana como ferramenta subversiva e transgressiva quanto aos paradigmas naturalizados historicamente. O intento é (i) explicitar os imbróglis presentes na sexualidade e nos afetos das mulheres lésbicas; (ii) demonstrar a tensão entre a estética da existência com a lógica na normalização/patologização da vida; (iii) apresentar as técnicas de si foucaultianas como rearticulação aos paradigmas de dominação. O trabalho se fundamenta em pesquisa bibliográfica e traz como resultado perguntas que servem como clivagem disruptiva em torno do corpo feminino e lésbico, ou seja, interrogações que qualificam os mecanismos de enfrentamento aos dispositivos de dominação.

Palavra-chave: Michel Foucault; Homossexualidade; Lesbianidade; Dominação; Sexualidade

ABSTRACT: The article presents the contribution of Foucauldian philosophy as a subversive and transgressive tool in relation to historically naturalized paradigms. The intention is (i) to explain the problems present in the sexuality and affections of lesbian women; (ii) demonstrate the tension between the aesthetics of existence and the logic in the normalization/pathologization of life; (iii) to present the Foucauldian techniques of the self in rearticulation to the paradigms of domination. The work is based on bibliographic research and brings in result questions that serve in disruptive cleavage around the female and lesbian body, that is, questions that qualify the mechanisms of coping with the devices of domination.

Key-words: Michel Foucault; Homosexuality; lesbianism; Domination; Sexuality.

INTRODUÇÃO

Este artigo objetiva explorar, em voo panorâmico, parte da obra de Michel Foucault com o intuito de indicar sua força subversiva em relação aos padrões históricos naturalizados. Ainda nessa direção, apresentaremos como a abordagem foucaultiana possibilita intersecção com questionamentos e demandas que não fizeram parte, especificamente, da produção teórica de Foucault; contudo, outras autoras vêm, de modo

¹ Teólogo, Filósofo, Pedagogo, Mestre em Ciências da Religião. Doutor em Educação. E-mail: prof.pascoalmantovani@gmail.com

² Filósofo pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Formação em Logoterapia e Análise Existencial pelo Núcleo Mineiro de Logoterapia e Instituto Geist. Especialista em Psicologia Fenomenológica e Hermenêutica pelo Instituto Dasein. Especializando em História da Arte pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Mestrando em Filosofia pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro. E-mail: pedrom.vasques1@gmail.com

sistemático, trabalhando nesses interstícios criativamente. Iniciando na fase genealógica – ocupada com o poder – e passando à última fase, nomeada ética (em que a reflexão sobre o cuidado de si é a tônica dominante), buscar-se-á seguir o fio condutor do “governo de si e dos outros” que nos possibilitará aplicá-lo nas questões contemporâneas referentes à sexualidade/afetos de mulheres lésbicas – tópico este que não foi objeto de estudo de Foucault. Ao poder que “deixa morrer e faz viver”, ou seja, às técnicas de gestão da vida (dos outros) serão contrapostas as técnicas de si, vistas como capazes de rearticular os elementos do poder em prol da mulher assujeitada que busca libertar-se das influências sufocantes do poder que incidem diretamente sobre seu corpo.

AS FACES DO PODER: pensando a dominação

A manutenção do controle e dominação das vidas contemporânea só se efetivam à medida que há colonização de subjetividades – e, sobretudo, especificamente neste texto, as subjetividades femininas. Por mais que seja necessário superar o dualismo platônico de corpo e alma, e que não se possa perder de vista o enunciado idiossincrático da estética da existência (que presume a constituição do ser a partir das articulações do mundo da vida, a qual encaixa e articula as diversas contingências típicas do existir), faz-se necessário apresentar o quanto as relações de poder se solidificam à medida que o indivíduo e, na presente investigação, a mulher lésbica fez-se historicamente e sua subjetividade tem sido palco apriorístico das normatizações que estabelecem as regras do que se entende por normal e anormal. A função das normas é, neste imbróglio, estabelecer a caricatura do aceitável/reprovável, ou seja:

A norma é o que pode tanto se aplicar a um corpo que se quer disciplinar quanto a uma população que se quer regulamentar. A sociedade da normalização não é, pois, nessas condições, uma espécie de sociedade disciplinar generalizada cujas instituições disciplinares teriam se alastrado e finalmente recoberto todo o espaço – essa não é, acho eu, senão uma primeira interpretação, e insuficiente, da ideia de sociedade de normalização. A sociedade de normalização é uma sociedade em que se cruzam, conforme uma articulação ortogonal, a norma da disciplina e a norma da regulamentação. (FOUCAULT, 2019, p. 213)

Como aponta Foucault, a sociedade da normalização segue a harmonização entre corpos castos e sociedade dominadora, dito de outro modo, “uma sociedade normalizadora é o efeito histórico de uma tecnologia do poder centrada na vida”. (FOUCAULT, 2019b, p. 156). O direito à vida e necessidade de morte dos corpos contemporâneos estão condicionados aos parâmetros estabelecidos pelas normas. A inversão foucaultiana “alma, prisão do corpo” (FOUCAULT, 2010, p. 32) coaduna com a percepção de que é na subjetividade que os corpos são modelados e, sobretudo, projetados. Dito de outro modo: toda estrutura de controle de corpos só se viabiliza por meio do adestramento e docilização de subjetividades, isto é, modificações e formatações de consciência. A proposta deste texto, portanto, é explicitar temas foucaultianos como aporte conceitual para compreendermos ulteriormente como noções de conduta normal e anormal se estabelecem, e entendermos tais padrões aplicados ao caso das mulheres lésbicas, inserindo-nos, portanto, em uma investigação foucaultiana de viés *queer*, posto que

O objetivo da política *queer* deve ser mais complexo que a simples libertação do poder e a afirmação da homossexualidade de alguém: devemos questionar e até negar as identidades que nos são impostas como naturais e essenciais tornando manifesta sua construção cultural e sua dependência das relações de poder vigentes na sociedade (OKSALA, 2011, p. 98)

A ideia será apresentar a necessidade da sublevação em relação aos princípios identitários a fim de encontrar, na invenção de si em diálogo com outras propostas foucaultianas, arsenal com potência de ruptura e criação. Para tanto, apresentaremos o conceito de disciplina em Foucault, enfatizando a noção de governo da existência e normatização de procedimentos. Por este viés, conceituaremos a biopolítica em Foucault em que será problematizado, por um lado, seu aspecto docilizador e, ao mesmo tempo, a dimensão de insurreição. Ao que tangencia o primeiro tópico, destacaremos a biopolítica como dispositivo de manutenção, isto é, por meio da disciplina que se garante a manutenção de sistemas repressivos, contudo, há na biopolítica a possibilidade de ser vista como dispositivo de enfrentamento, ou seja, o corpo é o espaço para suplantar ideologias abjetas.

Em seguida, explicitaremos os princípios éticos no contexto da sociedade do controle que se mantém a partir de injunções morais cristalizadas. Este ponto será a charneira para a aproximação com temas relacionados à homoafetividade, de modo especial no que se refere a mulheres lésbicas. Romper com a dominação é superar a transcendência ideal da

moral ao passo que as contingências do cotidiano são valorizadas como fenômenos apriorísticos. Pensar e problematizar a constituição da mulher lésbica na contemporaneidade é ponto imprescindível para romper com paradigmas homogeneizadores, os quais estão pautados na heteronormatividade, falocêntrica, patriarcal, europeia e cristã. Portanto, não apresentaremos princípios identitários reguladores, em vez disso, destacaremos o papel da ficção de si como possibilidade ética na constituição da estética da existência.

A DISCIPLINA EM FOUCAULT

A título conceitual, antes de adentrar o campo da biopolítica, a gestão da vida coletiva pelos governos, e seus desdobramentos, é necessário pensar os elementos constitutivos do que se entende por Disciplina em Foucault. Pensar Disciplina em categorias foucaultianas é trazer à tona o tema do poder e sua incidência corporal. Ainda que não tenha sido o intento de Foucault elaborar teoria específica do poder, nota-se, em seus textos, certo esforço em descrever o impacto das relações de poder que perpassam a história da Humanidade. Em linhas gerais, Foucault caracteriza o poder como algo transeunte, que está em constante movimento (FOUCAULT, 2019b). A residência do poder está diametralmente ligada a consciência do sujeito, a sua maneira de ler, interpretar e dar sentido a existência. Este aspecto é nevrálgico para a análise da noção de poder em Foucault, como descreve Castro:

O poder, a partir do século XVII, organizou-se em torno à vida, sob duas formas principais que não são antitéticas, mas que estão atravessadas por uma rede de relações. Por um lado, as disciplinas, uma anátomo-política do corpo humano. Elas têm como objetivo o corpo individual, considerado como uma máquina. Por outro lado, a partir de meados do século XVIII, uma biopolítica da população, do corpo-espécie. Seu objetivo será o corpo vivente, suporte dos processos biológicos (nascimento, mortalidade, saúde duração da vida). (2016, p. 57-58)

Os dois pontos elencados por Castro (disciplina e biopolítica) não são excludentes, em vez disso, estão imbricadas. A disciplina na perspectiva foucaultiana “não é a soma de tudo o que pode ser dito de verdadeiro sobre alguma coisa; não é nem mesmo o conjunto de tudo o que se pode ser aceito, a propósito de um mesmo dado, em virtude de um princípio

de coerência ou de sistematicidade (FOUCAULT, 2014, p. 29), em vez disso, “a disciplina é um princípio de controle da produção do discurso. Ela lhe fixa os limites pelo jogo de uma identidade que tem a forma de uma reatualização permanente das regras” (FOUCAULT, 2014, p. 34). Como Foucault descreve:

O poder disciplinar é com efeito um poder que, em vez de se apropriar e de retirar, tem como função maior “adestrar”; ou sem dúvida adestrar para retirar e se apropriar ainda mais e melhor. Ele não amarra as formas para reduzi-las; procura ligá-las para multiplicá-las e utilizá-las num todo. [...] A disciplina fabrica indivíduos; ela é a técnica específica de um poder que toma os indivíduos ao mesmo tempo como objetos e como instrumentos de seu exercício (2010, p. 164).

Se a norma é elemento exógeno ao sujeito, é por meio da disciplina que ela se torna endógena ao ser. A disciplina adestra o corpo, transforma-o em território invadido e apropriado por elementos exteriores ao ser, sendo capaz de conformar condutas e sufocar possibilidades do sujeito que estejam em desacordo com a norma, inclusive seus afetos. Sua eficácia se dá ao passo que o sujeito é transformado em meio para se chegar a determinado fim. A disciplina é a prática de sujeição e, por isso, de modificação de subjetividade. É por meio da disciplina que o corpo individual busca o mimetismo social. A coerência da norma se dá não em medida de destituir estruturas, mas, sim, por se apropriar de estruturas e, portanto, fabricar indivíduos que estejam em harmonia com o corpo social vigente – este marcado pela tônica da heteronormatividade conjugada à exploração capitalista. Nessa direção, Silvia Federici (2019) destaca que o projeto capitalista consolidou seu triunfo a partir das relações de opressão e injustiça contra os corpos femininos. O primeiro ponto foi identificar as mulheres fora das normas, transgressoras e, assim, classificadas como bruxas. O início da caça às bruxas foi, dentre outros pontos, a maneira eficiente de consolidar políticas de mortes em nome de preceitos, como afirma Federici:

[...] a caça às bruxas instituiu um regime de terror contra todas as mulheres, do qual emergiu um novo modelo de feminilidade a que as mulheres tiveram de se conformar para serem socialmente aceitas durante o desenvolvimento da sociedade capitalista: a feminilidade assexuada, obediente, submissa, resignada à subordinação ao mundo masculino, aceitando como natural o confinamento a uma espera de atividades que foram completamente depreciadas no capitalismo. (2019, p. 70-71).

Portanto, como desdobramento desta necropolítica, a caça às bruxas instituiu certo tipo de processo de higienização social, haja vista que “não surpreende que muitas das supostas bruxas fossem mulheres pobres, que sobreviviam pedindo esmola de porta em porta ou viviam dos ‘impostos para pobres’, como foi chamado o primeiro sistema de bem-estar social introduzido na Inglaterra.” (FEDERICI, 2019, p. 51). A identidade da mulher estava atrelada diretamente com seu lugar no sistema capitalista, contudo, se por um lado havia a perseguição das mulheres pobres, havia, paralelamente, a mesma perscrutação com as mulheres que se adaptavam aos imperativos do mercado, ou seja

[...] À medida que as economias locais são transformadas por políticas internacionais e pela ‘mão invisível’ do mercado global, torna-se difícil compreender o que provoca a mudança econômica e por que algumas pessoas prosperam enquanto outras são depauperadas. O resultado é um clima de ressentimento e suspeita mútuas em que pessoas que se beneficiam da liberalização econômica temem ser alvo de feitiços daquelas que empobreceram, e a população pobre, em grande parte de mulheres, enxerga a riqueza na qual é excluída como resultado de artifícios malignos. (p. 118)

Esta análise de Silvia Federici sobre a caça às bruxas revela sinonímia com os elementos constitutivos da disciplina, a qual decreta a lei, organiza a sujeição dos corpos bem como as modificações de subjetividade. Sabe-se que algumas autoras perceberam a ausência de maior ampliação da contextualização da investigação foucaultiana a respeito do controle dos corpos, sendo esta, segundo elas, marcada pela homossexualidade entre homens, negligenciando as lésbicas. Segundo Spargo (2019):

Muitas críticas feministas observaram que Foucault havia estudado quase que exclusivamente a produção do homossexual *masculino*. Enquanto algumas explicavam o fato referindo-se a um suposto androcentrismo autoral, outras o compreendiam como consequência dos contextos históricos examinados por ele (como os discursos jurídicos), que ignoravam a sexualidade feminina. Em qualquer um dos casos, o fato de algumas apropriações da obra de Foucault subestimarem a importância do gênero incomodava as feministas. (SPARGO, 2019, p. 41)

O que não invalida o seu esforço para mapear a trama do poder e suas consequências nos corpos assujeitados, pois a obra de Foucault manteve-se como ponto de partida para reflexões não feitas por ele próprio, mas possibilitadas graças à sua obra, como nos casos de

Judith Butler e Kosofsky Sedgwick.³ É importante destacar que a biopolítica está relacionada ao polimento do corpo em sua individualidade, ou seja, a disciplina se aplica ao sujeito, entretanto, em Foucault, isso não é o suficiente para analisar, refletir e problematizar as relações de poder e dominação. Apresentaremos, a seguir, a noção de biopolítica em Michel Foucault para atender este fim.

A BIOPOLÍTICA EM FOUCAULT

Como destacado anteriormente, em Foucault há imbricação entre disciplina e biopolítica. É por meio dessa articulação que a dominação dos corpos é perpetuada, haja vista que “enquanto a disciplina sucedia como anátomo-política dos corpos e se aplicava basicamente aos indivíduos, a biopolítica representa, portanto, essa grande medicina social que se aplica à população com o propósito de governar sua vida: a vida faz, daí em diante, parte do campo do poder” (REVEL, 2011, p. 25). Nessa direção, com intuito de distinção das formas de poder em torno dos conceitos de Disciplina e Poder, Castro, ao analisar a obra foucaultiana, afirma:

se compararmos uma e outra forma de poder, podemos diferenciá-las da seguinte maneira: 1) quanto ao objeto: a disciplina tem como objeto o corpo individual; a biopolítica, o corpo múltiplo, a população, o homem como ser vivente, pertencente a uma espécie de biológica; 2) quanto aos fenômenos considerados: enquanto as disciplinas consideram os fenômenos individuais, a biopolítica estuda fenômenos de massa, em série, de longa duração; 3) quanto aos seus mecanismos: os mecanismos das disciplinas são de ordem do adestramento do corpo (vigilância hierárquica, exames individuais, medidas globais. 4) quanto à finalidade: a disciplina se propõe obter corpos economicamente úteis e politicamente dóceis; a biopolítica persegue o equilíbrio da população, sua homeostase, sua regulação. (CASTRO, 2016, p. 60).

³ Foucault não influenciou apenas pensadoras feministas. Suas ideias sobre sexualidade e sexo também influenciaram muitos ativistas e intelectuais gays. Segundo escreveu David Halperin, um teórico americano da sexualidade, o efeito da desnaturalização do sexo promovida por Foucault foi o surgimento de uma perspectiva crítica em relação ao poder dos especialistas sobre sujeitos “anormais” (OKSALA, 2011, 97). Trataremos sobre a desnaturalização do sexo mais adiante

Em geral, enquanto a disciplina é dispositivo voltado à docilização de corpos singularizados, a biopolítica está relacionada ao corpo social; enquanto a disciplina é individual, a biopolítica é coletiva, ou seja “a biopolítica – por meio dos biopoderes locais – se ocupará, portanto, da gestão da saúde, da higiene, da alimentação, da sexualidade, da natalidade etc, na medida em que tais gestões se tornaram apostas políticas” (REVEL, 2011, p. 24). O que leva a uma revisão da noção cotidiana da sexualidade definida biologicamente, porque é, de fato, resultado da malha de poder que se espraia no corpo social e individual. Spargo escreve que: “Um componente essencial do argumento de Foucault é que a sexualidade não é um aspecto ou fato natural da vida humana, mas uma categoria da experiência que foi construída e que tem origens históricas, sociais e não biológicas” (2019, p.15). A historização radical do pensamento foucaultiano, ao lastrear as origens de noções e modos aparentemente naturais, abre espaço para compreendermos como surgem binarismos hierarquizados, e por isso pejorativos, como homem/mulher, hetero/homo. Johanna Oksala afirma que

Foucault não estava declarando que, na realidade, não há homens nem mulheres. Estava antes tentando problematizar um certo tipo de estrutura explanatória da sexualidade e do gênero: a ideia do sexo como um base ou causa invisível, que sustenta esses efeitos visíveis. [...] Não sustenta que o sexo, compreendido como as categorias de masculinidade e feminilidade, foi inventado num período histórico particular e que poderíamos nos desvencilhar dele quando quiséssemos. O que faz é analisar de que modo essas categorias foram cientificamente fundadas e explicadas em discursos de verdade e como essa explicação “pura” de fato criou essas categorias de tal modo que elas foram compreendidas como “naturais”. (2011, p. 95-96)

A biopolítica, como projeto político coletivo, consolida essa noção de natural e antinatural, certo e errado, adequado e inadequado. Entretanto, há outro aspecto potente ao se pensar este tempo. A lógica presente na biopolítica é tipificada em projetos que extrapolam toda e qualquer noção de tempo e espaço, isto é, a biopolítica é meio para efetivação de projetos, ideários etc, dito de outro modo “A noção de biopolítica implica uma análise histórica da conjuntura da racionalidade política na qual ela surge, ou seja, o nascimento do liberalismo (REVEL, 2011, p. 24). Na ótica de Revel, é no seio do liberalismo

que a biopolítica nasce e, mais do que isso, torna-se paradigmática para a sociedade moderna. Na abordagem foucaultiana, não há um conceito exaustivo sobre a biopolítica, todavia, em vez disso, nota-se dois problemas que acompanham a reflexão da biopolítica. A primeira relacionada a manutenção da ordem e da disciplina por meio do crescimento do Estado e a segunda como dispositivo de enfrentamento e construção ética, vejamos com mais detalhes esses pontos.

BIOPOLÍTICA COMO DISPOSITIVO DE MANUTENÇÃO

Ao pensar a biopolítica como conservação de instituições hipostasiadas, Foucault destaca o papel do Estado como anterior, arbitrário e condicional à existência do sujeito. O primeiro imbróglio evidenciado por Foucault ao que se refere ao biopolítica está relacionado ao poder do Estado não mais como inquisidor dos transgressivos, em vez disso, como regulamentador dos que devem viver, como segue:

De que se trata nessa nova tecnologia do poder, nessa biopolítica, nesse biopoder que está se instalando? Eu lhes dizia em duas palavras agora há pouco: trata-se de um conjunto de processos como a proporção dos nascimentos e dos óbitos, a taxa de reprodução, a fecundidade de uma população etc. São esses processos de natalidade, de mortalidade, de longevidade que, justamente na segunda metade do século XVIII, justamente com uma porção de problemas econômicos e políticos (os quais não retomo agora), constituíram, eu acho, os primeiros objetos de saber e os primeiros alvos do controle dessa biopolítica. (FOUCAULT, 2019a, p. 204)

Nessa citação, Foucault enfatiza a biopolítica como a responsável em garantir a ordenação, estabelecer o *nomos* social; em linhas gerais é por meio da biopolítica que se garante a higienização e ordem social. Nota-se, assim, que a proposta relacionada a biopolítica em Foucault não está atrelada ao ideário do poder soberano o qual estabelece quem deve morrer ou viver, em vez disso, a proposta foucaultiana é outra, pois a tecnologia do biopoder

[...] essa tecnologia do poder sobre a 'população' enquanto tal, sobre o homem enquanto ser vivo, um poder contínuo, científico, que é o poder de 'fazer viver'. A soberania fazia morrer e deixava viver. E eis que agora aparece um poder que eu chamaria de regulamentação e que consiste, ao contrário, em fazer viver e em deixar morrer. (FOUCAULT, 2019a, p. 207)

Essa tecnologia do poder denominado biopolítica está relacionada à ideia prescritiva, pois ao mesmo tempo que se regula os corpos vivos e produtivos, paralelamente, ignora os corpos quem devem morrer, pois são improdutivo. A biopolítica fundamenta sua coerência no princípio no duplo manutenção e exclusão: regula a vida e racionaliza a morte. Esses aspectos sistematizam a proposta de crescimento do Estado atrelado a noção de higienização social. Em outras palavras

Foucault argumentava que, do século XVIII em diante, a sexualidade era considerada algo a ser regulado e administrado em vez de julgado. A Igreja e o Direito se preocupavam havia muito tempo com a regulação da sexualidade, mas durante o Iluminismo surgiram novos regimes governamentais centrados no indivíduo corporificado e sexual. [...] Foi nesse contexto que muitas formas de compreender a sexualidade começaram a ser formuladas, e continuam predominantes até hoje, incluindo a oposição homossexualidade e heterossexualidade (SPARGO, 2019, p. 17)

A era do esclarecimento pode ser vista como era da racionalização do irracional, ao passo que a *aufklärung* lançava luzes a um tipo de projeto identitário, ordinário e planificador. Por mais que a biopolítica carregue a densidade de ser dispositivo de manutenção de poder, nela, Foucault apresenta, também, caminhos disruptivos. Vejamos, portanto, a biopolítica como dispositivo de enfrentamento.

A BIOPOLÍTICA COMO DISPOSITIVO DE ENFRENTAMENTO

O segundo problema, que contraria em partes a noção de crescimento do Estado por meio do processo seletivo dos corpos aceitáveis dos reprováveis, aponta para a biopolítica como vetor de transformação, é o devir que acompanha o sujeito. Ainda que exista o aspecto de controle e assujeitamento por parte do Estado em relação ao indivíduo, é por meio da biopolítica que se instaura possibilidades de resistências e insubordinações, como destaca Revel:

Trata-se de pensar a biopolítica como um conjunto de biopoderes ou então, na medida em que dizer que o poder abrangeu a vida significa igualmente que a vida é um poder, pode-se localizar na própria vida – isto é, certamente, no trabalho e na linguagem, mas também nos corpos, nos afetos, nos desejos e na sexualidade – o local de emergência de um contrapoder, o local de uma produção de subjetividade que se daria como momento de desassujeitamento? (2011, p. 25)

A interrogação proposta por Revel descoloca a ideia de biopolítica como apropriação do Estado para sua manutenção e perpetuação para outro campo político, ao passo que a biopolítica é apropriada pelo sujeito como possibilidade de insurgência as normas impostas. Em outras palavras

Todos nós, em algum âmbito, circunstâncias, momento, damos lances nos jogos do poder, nas diferentes escalas e dimensões da vida social e política. Um chefe de Estado, um dono de negócios extremamente rico, um miserável perdido nas grandes cidades, o mais despossuído dos homens, todos praticam alguma forma de poder nas relações que estabelecem com as outras pessoas e consigo mesmas (BRANCO, 2015, p. 112)

O corpo é o *topos* da dominação e da revolta; do controle e da transgressão; da objetificação e da subjetivação. É por meio deste paradoxo que a biopolítica se lança como possibilidade de reinvenção política, como aponta Foucault:

Se pudéssemos chamar ‘bio-história’ as pressões por meio das quais os movimentos da vida e os processos da história interferem entre si, deveríamos falar de ‘biopolítica’ para designar o que faz com que a vida e seus mecanismos entrem no domínio dos cálculos explícitos, e faz do poder-saber um agente de transformação da vida humana; não é que a vida tenha sido exaustivamente integrada em técnicas que o dominem e gerem; ela lhes escapa continuamente. (FOUCAULT, p. 154, 2019)

É por meio da biopolítica que há resistência, ou seja: enquanto houver corpos insurgentes haverá espíritos heterotópicos (MANTOVANI, 2019). Pensar heterotopia em categorias foucaultianas é apresentar conceito de resistência à noção utópica, isto é, se a noção utópica se sujeita ao protocolo perfeccionista, nominalista e estabelecido, à medida que aponta o ideal como projeção. É graças ao idealismo utópico, sustentado pela moral cristã, que a identidade feminina foi condicionada a determinado fim. O corpo feminino foi

enclausurado pela aura garantista, isto é, garante os papéis das personagens em suas determinadas funções. Homem e mulher se constituem a partir de seu *télos*, ou seja

Instituir hábitos moralizados, costumes regrados, em contraposição às práticas populares promíscuas e anti-higiênicas observadas no interior da habitação operária, na lógica do poder significava revelar ao pobre o modelo de organização familiar a seguir. Nesta utopia reformadora, a superação da luta de classes passava pela desodorização do espaço privado do trabalhador de duplo modo: tanto pela designação da forma da moradia popular, quanto pela higienização dos papéis sociais representados no interior do espaço doméstico que se pretendia fundar. A família nuclear, reservada, voltada sobre si mesma, instalada numa habitação aconchegante deveria exercer uma sedução no espírito do trabalhador, integrando-o ao universo dos valores dominantes. (RAGO, 2014, p. 86-87)

Contrapondo esta noção, a heterotopia, por sua vez, é a perversão desta escrituração ao passo que é inacabada (por não pretender ser propositiva ao que se deve ou não ser), anomálica (por romper com os paradigmas instituídos) e instável (por não estabelecer pauta prescritiva). A heterotopia, portanto, não se propõe a sistematizar as normas, outrossim, deturpar arbitrariedades despóticas que consolidam a noção de biopolítica como manutenção do crescimento do Estado. Neste paradoxo entre aparelhamento das instituições prescritivas e potência emancipatório do sujeito, é possível vislumbrar proposição ética, como será apresentada a seguir. Com este horizonte é possível pensar outros horizontes éticos.

ÉTICA NA SOCIEDADE DO CONTROLE

O esforço da seção anterior foi delinear aspectos relacionados a sociedade do controle, a qual se fortalece à medida que suas normas são absorvidas pelo corpo social. O poder que esculpe as subjetividades se sustenta no duplo disciplina (individual) e biopolítica (coletivo), sendo o primeiro responsável pela domesticação do corpo individual, e o segundo responsável em equalizar o corpo social. Destacou-se duas problematizações da biopolítica (de um lado a manutenção e fortalecimento do Estado, e, de outro, o dispositivo de enfrentamento e construção ética). Todavia, qual a relação mais direta da biopolítica foucaultiana, além das já apontadas, com corpos femininos e homossexuais? Para

estabelecer essa conexão, vale destacar a descrição identitária que Margareth Rago apresenta da mulher no século XIX e XX, a qual persistem ainda nos dias atuais

Frágil e soberana, abnegada e vigilante, um novo modelo normativo de mulher, elaborado desde meados do século XIX, prega novas formas de comportamento e de etiqueta, inicialmente às moças das famílias mais abastadas e paulatinamente às das classes trabalhadoras, exaltando as virtudes burguesas da laboriosidade, da castidade e do esforço individual. Por caminhos sofisticados e sinuosos se forja uma representação simbólica da mulher, a esposa-mãe-dona-de-casa, afetiva, mas assexuada, no momento mesmo em que as novas exigências da crescente urbanização e do desenvolvimento comercial e industrial que ocorrerem nos principais centros do país solicitam sua presença no espaço pública das ruas, das praças, dos acontecimentos, da vida social, nos teatros, cafés, e exigem sua participação ativa no mundo do trabalho. (RAGO, 2014, p. 88).

A definição de Rago ainda ecoa na contemporaneidade. O corpo feminino que destoa desta prescrição é visto como patológico. Para romper com os rudimentos morais seguiremos por vias éticas, isto é, a biopolítica traz, em perspectiva kantiana (2016), o horizonte transcendental, ou seja, condição de possibilidade, haja vista que a matriz arquitetônica da biopolítica relativa à ética apresenta o deslocamento do pressuposto de aparelhamento do Estado para a constituição ética do sujeito, como segue:

O tema da biopolítica seria fundamental para a reformulação ética da relação com o político que caracteriza as últimas análises de Foucault; mais ainda: a biopolítica representaria exatamente o momento da passagem da política à ética” (REVEL, 2011, p. 25)

A biopolítica representa, na obra foucaultiana, a transição de concepção política para a reformulação ética. Pensar em princípios éticos, por este viés, é discernir o impacto das relações de poder que demarcam existências, haja vista que o corpo está inserido em um campo político, isto é:

as relações de poder têm alcance imediato sobre ele; elas o investem, o marcam, o dirigem, o supliciam, sujeitam-no a trabalhos, obrigam-no a cerimônias, exigem-lhes sinais. Este investimento político do corpo está ligado, segundo relações complexas e recíprocas, à sua utilização econômica; é, numa boa proporção, como força de produção que o corpo é investido por relações de poder e de dominação; mas em compensação sua constituição

como força de trabalho só é possível se ele está preso num sistema de sujeição (onde a necessidade é também um instrumento político cuidadosamente organizado, calculado e utilizado); o corpo só se torna força útil se é ao mesmo tempo corpo produtivo e corpo submisso. (FOUCAULT, 2010, p. 29).

Toda esta trama do poder está ligada à noção de moral, ou seja, na obra foucaultiana, a moral é vista como conjunto de “valores e de regras de ação que são propostos aos indivíduos e aos grupos por intermédio de diferentes aparelhos prescritivos” (REVEL, 2011, p. 59), logo, o poder tem essa condição de moralizar as subjetividades e adequar os corpos através da governamentalidade. É possível harmonizar a noção de biopolítica como aparelhamento do Estado como instrumento que condiciona os corpos à uma prática moral, ou seja, que coadune com a instrumentalização da permissão da vida e o assentimento de morte; porém, há possibilidade em observar a biopolítica como potência ética, ao passo que esta, por sua vez, é a forma como o sujeito relaciona com si mesmo. Governar desloca-se, então, da concepção cotidiana vertical, em que o poder é derramado em cascata sobre a sociedade a partir de seus superiores e

Adquire, então, um sentido mais amplo que inclui as formas do governo de si mesmo e também o modo em que as formas do governo sobre os outros se relacionam com as formas de governo de si mesmo. Se, como se sustentou desde Platão até nossos dias, na relação com um mesmo está sempre implícita, real ou virtualmente, a presença do outro ou dos outros, para Foucault também é certo o inverso. (CASTRO, 2014, p. 124).

O que leva a pensar que, se por um lado

[...] a construção de um modelo de mulher simbolizado pela mãe devotada e inteira sacrifício implicou na completa desvalorização profissional, política e intelectual. Esta desvalorização é imensa porque parte do pressuposto de que a mulher em si não é nada, de que deve esquecer-se deliberadamente de si mesma e realizar-se através dos êxitos dos filhos e do marido. (FEDERICI, 2019, p. 91).

Por outro lado, as ferramentas que Foucault oferece são válidas para a repensar as relações de poder, dominação e subjugação. A ética é dialogal, ou seja, aproxima dos agentes sociais e suas contingências; contextualiza imbróglis; problematiza verdades. Podemos perceber, portanto, uma preocupação continua no pensamento de Foucault, que fornece instrumentos à libertação das mulheres lésbicas de sua condição assujeitada, mesmo que

situação especificamente lésbica não tenha sido seu objeto de pesquisa. Do controle biopolítico da população e disciplinar da individualidade à ética, “maneira como a pessoa forma a si mesma como um sujeito de moralidade, agindo em referência a seus elementos prescritivos” ou “maneira pela qual regras morais são adotadas e problematizadas por sujeitos”, (OKSALA, 2011, p. 117) Foucault reflete sobre relacionar-se com os outros e com si mesmo. Das imposições de modos de vida “poderosos” a novos modos de vida “éticos”

os sujeitos não são apenas corpos dóceis, mas recusam, adotam e alteram ativamente as formas de ser sujeito. Um modo de contestar o poder normalizador é moldar criativamente a si mesmo e à própria vida: explorando oportunidades de novas maneiras de ser, novos campos de experiência, prazeres, relações, modos de viver e pensar (OKSALA, 2011, p. 124)

Pensar em princípios éticos em categorias foucaultianas é ponderar as possibilidades de transgressões diante de um cenário pré-estabelecido. Diante de um contexto de controle, de segregação e de normalização de corpos que são extirpados pelas intempéries da contemporaneidade, é importante pensar em caminhos que ao mesmo tempo afirmem as identidades divergentes – ou as molecularidades – contextualizando-as historicamente, tendo efeito reflexo e também desestabilizador nas identidades convergentes – ou as molaridades – em termos de Deleuze e Guatarri⁴ e denunciem as ações que, coadunadas com a biopolítica do Estado, fortalecem a ideologia da discriminação e, conseqüentemente, da necropolítica. O enfraquecimento das identidades e dos binarismos operado pela investigação foucaultiana tem o poder de dismantelar noções falsamente hipostasiadas e recolocar em discussão e contestação o que de outro modo seria visto como panorama metafísico incontestável.

⁴ Mas os dois tipos de investimento distinguem-se radicalmente, conforme um incide sobre as estruturas molares que subordinam as moléculas a si, enquanto que o outro, ao contrário, incide sobre as multiplicidades moleculares que subordinam a si os fenômenos estruturais da multidão. Um é o investimento de *grupo sujeito*, tanto na forma de soberania quanto nas formações coloniais do conjunto gregário, que reprime e recalca o desejo das pessoas; o outro é o investimento de *grupo sujeito* nas multiplicidades transversais portadoras do desejo como fenômeno molecular, isto é, objetos parciais e fluxos, por oposição aos conjuntos e às pessoas (DELEUZE, GUATARRI, 2010, p. 370)

FICÇÃO DE SI: mulheres lésbicas e sexualidade

A duas primeiras partes do texto se ateuve à contextualização da noção de poder em Foucault, sua articulação com projetos de dominação, em que se vê a imbricação entre disciplina e biopolítica, sendo a primeira direcionada à singularidade e a segunda à ação no corpo social, coletividade. Destacamos o papel da biopolítica como viés de sublevação e, assim, como dispositivo ético, o qual pode ser apropriado para o processo de conscientização e ação da identidade que se tem dos corpos femininos, sobretudo ao que se refere a mulheres lésbicas. Para tratar da ficção de si, seguimos o viés foucaultiano que pensa este conceito como a criação original, inventiva, singular, devir por si (FOUCAULT, 2016). Então, propomos que a ficção de si é dispositivo disruptivo para a mulher lésbica modificar a si e seu entorno. De modo que, essa alteração, passa pelo viés dos costumes, da moral, haja vista que, como destaca Federici (2019), a identificação da bruxa passava por um viés exclusivamente moral, como segue

aos fatores econômicos no segundo plano da acusação de bruxaria devemos acrescentar a política institucional cada vez mais misógina que confiava as mulheres a uma posição social de subordinação em relação aos homens e que punia com severidade, como subversão da ordem social, qualquer afirmação de independência de sua parte e qualquer transgressão sexual. A “bruxa” era uma mulher de “má reputação”, que na juventude apresentava comportamento ‘libertino’, ‘promíscuo’. Muitas vezes, tinha crianças fora do casamento e sua conduta contradizia o modelo de feminilidade que, por meio do direito, do púlpito e da reorganização familiar, fora imposto à população feminista na Europa durante este período. (FEDERICI, 2019, p. 52-53).

A relação entre a imagem da bruxa destacada por Silvia Federici e a mulher lésbica na contemporaneidade está em sua condição de subversão da ordem social, da família tradicional, que, conforme bell hooks (2019), tem sido utilizada para boicotar sujeitos que não se submetem a certas identidades e modelos. A lesbianidade constrange as narrativas dominantes, justamente por afirmarem a existência desprendidas do falocentrismo alicerçado no poder disciplinar e no biopoder. Seu gozo, sua satisfação, sua intensidade pretere a figura patriarcal. Romper com a moralidade instituída é apresentar outro viés

ético. Este elemento ético é transgressivo não só para a sociabilidade heteronormativa, sobretudo por ser fenômeno que confronta os mecanismos neoliberais de produtividade. A independência da mulher lésbica não está apenas no campo da sexualidade, do gozo e do prazer alheio ao falo e seus sucedâneos, mas, também, na dimensão econômica e política. Por isso, ao macular a experiência lésbica se garante a manutenção do sistema político masculino e centralizador. Como destaca Federici (2019), estigmatizar é o primeiro passo para se legitimar as mais variadas formas de crueldade e morte. A autora apresenta essa premissa ao enfatizar o passo a passo das crueldades e injustiças que as mulheres taxadas como bruxas vivenciaram em nome da garantia da normalização, como segue:

Aos fatores econômicos no segundo plano da acusação de bruxaria devemos acrescentar a política institucional cada vez mais misógina que confiava as mulheres a uma posição social de subordinação em relação aos homens e que punia com severidade, como subversão da ordem social, qualquer afirmação de independência de sua parte e qualquer transgressão sexual. A “bruxa” era uma mulher de “má reputação”, que na juventude apresentava comportamento “libertino”, “promíscuo”. Muitas vezes, tinham crianças fora do casamento e sua conduta contradizia o modelo de feminilidade que, por meio do direito, do púlpito e da reorganização familiar, fora imposto à população feminista na Europa durante este período. (FEDERICI, 2019, p. 52-53).

A descrição de Federici gravita em torno da mulher rotulada como bruxa, a qual, nas devidas proporções, encarna significativamente a mulher lésbica pois são: mulheres que não se condicionam a subordinação masculina, que buscam sua independência sexual, que são rotuladas pelos costumes, mas emancipadas pela estética da existência. Enfim, a ficção de si de mulheres lésbicas passa aprioristicamente por si, contudo, é necessário processo de conscientização do entorno para que políticas de morte deixem de ser vigentes.

CONSIDERAÇÃO FINAIS

Mais do que produzir respostas este texto pretendeu perguntar, por exemplo: como pensar a ética a partir das demandas e realidade da mulher lésbica? Como apresentar a sexualidade como tabu moralizante, agressivo e violento? Como destacar a necessidade de

ficção da estética da existência a fim de (re)fazer a sexualidade não como o aspecto definidor do ser, mas elemento propedêutico ao cuidado e conhecimento de si? Intuímos, portanto, que além de quantificar os dispositivos homogeneizadores, precisamos qualificar os mecanismos de enfrentamento. Por exemplo, o papel da biopolítica como ferramenta de conscientização coletiva, a qual pode expor a banalidade do mal referente ao corpo feminino, sobretudo, dos corpos que refutam a imposição identitária homogênea e heteronormativa. Este elemento é significativo ao passo que enquanto o homem não precisa criar sua identidade, pois ocupa posição confortável de poder, a mulher, por sua vez, precisa criar e forjar sua identidade, sobretudo, a mulher lésbica: sua identidade é anômica e patológica. Assumir-se é enfrentar a lógica da identidade pré-estabelecida; é afirmar, categoricamente, a recusa incondicional a tipos morais, tipos procedimentais, os quais formatam os corpos por meio da díade disciplina e biopolítica. A proposta deste texto é apresentar a ficção de si da mulher lésbica como resposta a dominação patriarcal. Esse processo passa pelo caminho da transgressão, da revolta, da rebelião e, sobretudo do amor, do diálogo, do cuidado de si. Ficcionalizar sobre si não é tornar-se artesã da mendacidade, outrossim, Réia da existência.

REFERÊNCIAS

BRANCO, Guilherme Castelo. **MICHEL FOUCAULT**: filosofia e biopolítica. Belo Horizonte: Autêntica, 2015

CASTRO, Edgardo. Introdução a Foucault. Belo Horizonte: Autêntica, 2014

_____. Vocabulário de Foucault. São Paulo: Autêntica, 2016.

DELEUZE, Gilles; **GUATTARI**, Félix. **O ANTI-ÉDIPO**: capitalismo e esquizofrenia. São Paulo: 34, 2010

FEDERICI, Silvia. **MULHERES E CAÇA ÀS BRUXAS**: da Idade Média aos dias atuais. São Paulo: Boitempo, 2019.

FOUCAULT, Michel. Vigiar e Punir. Petrópolis: Vozes, 2010.

_____. A Ordem do Discurso. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

_____. As palavras e as coisas. São Paulo: Martins Fontes, 2016.

_____. Os Anormais. São Paulo: Martins Fontes, 2018.

_____. Em defesa da Sociedade. São Paulo: Martins Fontes, 2019a.

_____. História da Sexualidade: A Vontade de Saber. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019b.

HOOKS, Bell. **TEORIA FEMINISTA**: Da margem ao centro. São Paulo: Perspectiva, 2019.

KANT, Immanuel. Crítica da razão Prática. Petrópolis: Vozes, 2016.

OSKALA, Johanna. Como ler Foucault. Rio de Janeiro: Zahar, 2011

SPARGO, Tamsin. **FOUCAULT E A TEORIA QUEER**: seguido de Ágape e êxtase; orientações pós-seculares. Belo Horizonte: Autêntica Editoria, 2019